A CIDADE COMO ESPAÇO EDUCATIVO: ARQUITETURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE BAGÉ/RS

THE CITY AS AN EDUCATIONAL SPACE: ARCHITECTURE, MEMORY AND HERITAGE EDUCATION IN THE HISTORIC CENTER OF BAGÉ, BRAZIL

Carla Almeida Caetano Gonçalves
Camila Nunes Centena Alves
Letícia Ribeiro Noble
Marília Pereira Ardovino Barbosa

Resumo: O patrimônio arquitetônico e urbano constitui uma importante fonte de conhecimento sobre os processos históricos, sociais e culturais que contribuíram para a formação das cidades. Nesse contexto, a educação patrimonial apresenta possibilidades de aproximar os sujeitos das referências culturais presentes em seu cotidiano, favorecendo a leitura crítica da paisagem histórica e a compreensão das relações entre arquitetura, memória e identidade cultural. Objetivo: Analisar as potencialidades do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé/RS como espaço educativo, discutindo as contribuições da leitura da paisagem histórica para a educação patrimonial, a compreensão da memória coletiva e a valorização da identidade cultural. Metodologia: A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo utiliza referenciais teóricos sobre educação patrimonial, memória coletiva, patrimônio cultural e cidade como espaço educativo, articulados à documentação histórica e institucional referente ao Centro Histórico de Bagé, especialmente o inventário arquitetônico e urbanístico, o Parecer Técnico IPHAE nº 18/2011 e a Portaria IPHAE nº 62/2012. A interpretação das fontes foi organizada em três categorias analíticas: materialidade arquitetônica, memória urbana e potencialidade educativa. Resultados: A análise evidenciou que o reconhecimento patrimonial do Centro Histórico de Bagé está relacionado não apenas à relevância de edificações individualizadas, mas também às características do conjunto urbano, incluindo o traçado viário, a organização dos quarteirões, os espaços públicos, as tipologias arquitetônicas e as relações entre os elementos da paisagem. Esses atributos constituem registros materiais dos processos de formação e transformação da cidade e oferecem possibilidades de investigação histórica e interpretação educativa. Identificou-se, ainda, que a proteção institucional do patrimônio, embora fundamental para sua preservação, não assegura, isoladamente, a compreensão e a apropriação social dos valores culturais reconhecidos. Nesse sentido, a educação patrimonial pode contribuir para relacionar os conhecimentos históricos e arquitetônicos às experiências sociais, favorecendo abordagens críticas, participativas e contextualizadas. Conclusões: Conclui-se que o Centro Histórico de Bagé apresenta potencialidades para subsidiar práticas de educação patrimonial fundamentadas na leitura integrada da paisagem urbana, articulando arquitetura, memória coletiva e identidade cultural. A principal contribuição do estudo consiste em reconhecer a cidade como espaço de aprendizagem e o patrimônio urbano como fonte de conhecimento, para além de sua dimensão

monumental e estética. Ressalta-se que os resultados representam possibilidades identificadas por meio de pesquisa bibliográfica e documental, não constituindo comprovação empírica de efeitos pedagógicos.

Palavras-chave: Educação patrimonial; Patrimônio urbano; Arquitetura; Memória coletiva; Centro Histórico de Bagé.

Abstract: Architectural and urban heritage constitutes an important source of knowledge about the historical, social, and cultural processes that have contributed to the development of cities. In this context, heritage education offers opportunities to connect individuals with the cultural references present in their everyday lives, fostering a critical interpretation of the historic urban landscape and an understanding of the relationships between architecture, memory, and cultural identity. Objective: To analyze the educational potential of the architectural and urban ensemble of the Historic Center of Bagé, Rio Grande do Sul, Brazil, discussing the contributions of interpreting the historic urban landscape to heritage education, the understanding of collective memory, and the appreciation of cultural identity. Methodology: This study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on a literature review and documentary analysis. It draws on theoretical perspectives concerning heritage education, collective memory, cultural heritage, and the city as an educational space, combined with historical and institutional documents relating to the Historic Center of Bagé, particularly the architectural and urban inventory, IPHAE Technical Opinion No. 18/2011, and IPHAE Ordinance No. 62/2012. The interpretation of the sources was organized into three analytical categories: architectural materiality, urban memory, and educational potential. Results: The analysis revealed that the heritage designation of the Historic Center of Bagé is associated not only with the significance of individual buildings but also with the characteristics of the urban ensemble, including the street layout, block organization, public spaces, architectural typologies, and relationships among the elements of the urban landscape. These attributes constitute material records of the city's historical development and transformation, offering opportunities for historical investigation and educational interpretation. The findings also indicate that institutional heritage protection, although essential for preservation, does not, by itself, ensure public understanding and social appropriation of recognized cultural values. In this regard, heritage education can help connect historical and architectural knowledge with social experiences, encouraging critical, participatory, and context-sensitive approaches. Conclusions: The study concludes that the Historic Center of Bagé has the potential to support heritage education practices grounded in an integrated interpretation of the urban landscape, connecting architecture, collective memory, and cultural identity. Its main contribution lies in recognizing the city as a space for learning and urban heritage as a source of knowledge beyond its monumental and aesthetic dimensions. The findings represent possibilities identified through bibliographic and documentary research rather than empirical evidence of educational outcomes.

Keywords: *Heritage education; Urban heritage; Architecture; Collective memory; Historic Center of Bagé.*

INTRODUÇÃO

A cidade constitui um espaço de produção e transformação das relações sociais, no qual diferentes temporalidades, experiências e manifestações culturais se materializam na organização do território e na configuração da paisagem urbana. Ruas, praças, edificações e espaços públicos não representam apenas estruturas físicas destinadas às atividades cotidianas, mas expressam processos históricos, políticos, econômicos e culturais que contribuíram para a formação das sociedades. Nessa perspectiva, a arquitetura e o espaço urbano podem ser compreendidos como fontes de conhecimento, e a leitura da cidade ultrapassa sua dimensão funcional, possibilitando reconhecer, na materialidade do ambiente construído, registros de diferentes períodos históricos e experiências coletivas.

A compreensão da cidade como espaço educativo fundamenta-se no reconhecimento de que os processos de aprendizagem não se restringem às instituições escolares, desenvolvendo-se também nas interações com o ambiente social, cultural e espacial. Essa compreensão aproxima-se do pensamento de Paulo Freire. Em *A importância do ato de ler*, Freire (1989) destaca a relação entre a leitura da palavra e a leitura do mundo, reconhecendo que a compreensão da realidade vivida participa dos processos de construção do conhecimento. Embora essa reflexão não tenha sido formulada especificamente para o campo do patrimônio arquitetônico, oferece fundamentos para considerar a paisagem urbana como uma realidade a ser observada, questionada e interpretada criticamente.

A relação entre cidade e educação também pode ser discutida a partir de Trilla Bernet (1997), que compreende a cidade como ambiente, agente e conteúdo dos processos de aprendizagem. Essa abordagem permite reconhecer que o espaço urbano não constitui apenas o cenário de atividades educativas, mas reúne experiências, informações, relações sociais e referências culturais que podem ser mobilizadas pedagogicamente. A possibilidade de aprender na

cidade, aprender da cidade e aprender a cidade amplia a compreensão dos ambientes urbanos como espaços de formação.

No campo do patrimônio cultural, essas reflexões adquirem relevância diante das transformações nas concepções de preservação. Historicamente associado à excepcionalidade artística, arquitetônica e histórica de determinados monumentos, o reconhecimento patrimonial ampliou-se para abranger referências culturais relacionadas às práticas sociais, aos modos de vida, às experiências coletivas e às identidades de diferentes grupos. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representou um marco dessa ampliação: o artigo 216 reconhece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, que constituem referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988). Sob essa perspectiva, a preservação envolve não apenas a proteção física dos bens, mas também o reconhecimento das relações sociais e culturais que lhes atribuem significado.

Essa ampliação repercutiu nas discussões sobre educação patrimonial. Conforme Florêncio et al. (2014), as práticas educativas relacionadas ao patrimônio passaram por transformações conceituais e metodológicas, acompanhando as mudanças nas políticas de preservação e nas formas de participação social. O campo, contudo, não é homogêneo. Scifoni (2012) contribui para problematizar os fundamentos e os objetivos dessas práticas, permitindo considerar que elas precisam ultrapassar a apresentação de informações sobre os bens culturais, incorporando questionamentos sobre os processos de reconhecimento patrimonial, as relações sociais e os significados atribuídos aos espaços. Desse modo, a educação patrimonial pode assumir uma perspectiva crítica, na qual o patrimônio não é apresentado como uma realidade neutra ou definitiva, mas como uma construção histórica e social sujeita a diferentes interpretações.

Londres (2012) relaciona a preservação cultural aos processos de transmissão, difusão e apropriação dos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais, destacando que a proteção legal e as medidas de conservação não

podem ser compreendidas de maneira dissociada das relações entre o patrimônio e os grupos sociais aos quais ele se refere. Essa reflexão permite distinguir a proteção institucional da apropriação social: o tombamento reconhece e protege determinados valores culturais, mas não garante que sejam compreendidos ou compartilhados de maneira uniforme, uma vez que diferentes grupos estabelecem relações distintas com os mesmos espaços. Assim, a educação patrimonial não deve ser compreendida apenas como instrumento destinado a convencer a população sobre a necessidade de preservar bens previamente selecionados, mas como possibilidade de construção de conhecimentos e de reflexão sobre os próprios processos de atribuição de valor ao patrimônio.

Nessa direção, Florêncio (2012) discute a educação patrimonial como processo de mediação, no qual os bens culturais não são tratados apenas como objetos de contemplação ou fontes de informações previamente definidas, mas como referências capazes de suscitar interpretações, questionamentos e relações com as experiências sociais. Essa perspectiva encontra fundamentos na concepção dialógica de Freire (1987), que, em *Pedagogia do oprimido*, problematiza práticas baseadas na transmissão unilateral de conhecimentos e defende uma educação fundamentada no diálogo, na participação e na reflexão crítica sobre a realidade. Tolentino (2012a), por sua vez, problematiza os significados atribuídos ao patrimônio cultural e a importância de reconhecer diferentes referências culturais, questionando abordagens que apresentam o patrimônio como um conjunto de bens de valor universalmente reconhecido. Considerar essa diversidade implica reconhecer que o patrimônio pode assumir significados distintos para diferentes grupos, exigindo práticas educativas abertas ao diálogo e à pluralidade de interpretações.

A relação entre patrimônio, memória e identidade constitui outra dimensão dessa discussão. Halbwachs (2006), ao desenvolver o conceito de memória coletiva, evidencia que as lembranças são construídas e reconstruídas nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais, e que os espaços participam da organização dessas referências compartilhadas. A permanência física de

uma edificação, contudo, não assegura a continuidade de seus usos, significados ou relações com a sociedade. A memória urbana, dessa maneira, não deve ser compreendida como uma narrativa única e estática, mas como um campo de permanências, transformações e disputas de significado, o que exige que a leitura educativa da cidade considere tanto os registros materiais do passado quanto as experiências contemporâneas que participam da atribuição de sentidos aos lugares.

Nesse contexto, a arquitetura pode ser compreendida como fonte documental para a investigação histórica. Materiais construtivos, técnicas de execução, organização espacial, ornamentações, volumetria, alterações de uso e intervenções realizadas ao longo do tempo constituem vestígios que contribuem para a compreensão das condições históricas de produção do ambiente construído, desde que relacionados a outras fontes documentais e aos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais nos quais foram produzidos. Essa abordagem adquire particular relevância nos centros históricos, cuja compreensão como conjuntos arquitetônicos e urbanísticos permite ultrapassar a análise isolada de edificações consideradas excepcionais, valorizando as relações entre ruas, praças, espaços públicos, construções e formas de ocupação territorial.

Experiências brasileiras de educação patrimonial desenvolvidas em contextos urbanos oferecem contribuições para compreender essas possibilidades. No caderno temático *Educação patrimonial: reflexões e práticas*, organizado por Tolentino (2012b), destaca-se o programa *João Pessoa, Minha Cidade*, desenvolvido pela Casa do Patrimônio de João Pessoa em parceria com instituições públicas e escolas municipais. A experiência envolveu atividades de sensibilização, discussões sobre memória, identidade e patrimônio cultural, aulas de campo no Centro Histórico e oficinas de expressão artística, nas quais estudantes que residiam ou estudavam na área puderam representar elementos da paisagem urbana a partir de suas próprias percepções. Já o estudo de Saba (s.d.) analisa o projeto *Rolé na Penha*, desenvolvido em uma escola municipal situada na Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro, construído a

partir da participação de professores e estudantes na identificação de referências culturais da localidade, com atividades de investigação do território e percursos mediados por estudantes. A autora destaca que a história local não se limita às narrativas institucionais e que a educação patrimonial pode contribuir para sua ressignificação, ao reconhecer a pluralidade de narrativas e a importância das experiências sociais na interpretação dos espaços.

Embora desenvolvidas em contextos distintos, ambas as experiências reconhecem o território como referência para processos educativos e articulam patrimônio cultural, memória e participação dos sujeitos. Entretanto, enquanto elas apresentam práticas efetivamente desenvolvidas, o presente estudo concentra-se na análise teórica, bibliográfica e documental das potencialidades educativas de um conjunto urbano protegido, não pretendendo avaliar resultados de intervenções pedagógicas realizadas em Bagé. Parte-se do entendimento de que a simples presença de edificações históricas não produz automaticamente processos de aprendizagem: a transformação do patrimônio urbano em recurso educativo depende de procedimentos intencionalmente organizados de observação, contextualização, interpretação e problematização.

No município de Bagé, localizado na região da Campanha do Rio Grande do Sul, essa discussão encontra um objeto de investigação no conjunto arquitetônico e urbano de seu Centro Histórico, cuja formação está relacionada aos processos de ocupação e organização territorial da região. O reconhecimento institucional do conjunto como patrimônio cultural protegido em âmbito estadual foi formalizado pela Portaria IPHAE nº 62/2012, que delimita uma poligonal de 101 quarteirões e reconhece sua relevância histórica, arquitetônica e urbanística. A análise do Centro Histórico como conjunto urbano permite investigar de maneira articulada o traçado das vias, a organização dos espaços públicos, a composição arquitetônica das edificações e as transformações nas formas de ocupação, bem como problematizar os critérios de seleção e valorização patrimonial, considerando que os bens institucionalmente reconhecidos representam determinadas interpretações sobre o passado e que outras referências culturais podem coexistir no território.

Embora o reconhecimento patrimonial estabeleça instrumentos de preservação, permanece pertinente investigar de que maneira as informações históricas, arquitetônicas e urbanísticas disponíveis podem ser mobilizadas como referências educativas, questão que não pressupõe a ausência de ações de educação patrimonial no município. Diante dessas considerações, estabelece-se como problema de pesquisa: de que maneira a leitura do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé/RS pode contribuir para a construção de práticas de educação patrimonial que relacionem arquitetura, memória coletiva e identidade cultural?

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar as potencialidades do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé/RS como espaço educativo, discutindo as contribuições da leitura da paisagem histórica para a educação patrimonial, a compreensão da memória coletiva e a valorização da identidade cultural. Especificamente, busca-se investigar os fundamentos teóricos da educação patrimonial e sua relação com a cidade como espaço de aprendizagem; discutir a arquitetura e a paisagem urbana como documentos históricos; contextualizar a formação e a proteção institucional do Centro Histórico de Bagé; e identificar possibilidades educativas associadas à interpretação integrada do conjunto urbano.

Para alcançar esses objetivos, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, com a contribuição pretendida de ampliar a compreensão do patrimônio arquitetônico e urbano como recurso educativo e oferecer subsídios teóricos para futuras práticas de educação patrimonial que valorizem a cidade como espaço de aprendizagem, memória e reflexão sobre as relações entre sociedade e território.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em pesquisa bibliográfica e

documental. A investigação concentra-se na interpretação de referenciais teóricos e fontes documentais, sem a realização de entrevistas, levantamentos de campo ou intervenções pedagógicas, não tendo como finalidade mensurar resultados de aprendizagem, mas compreender de que maneira a paisagem histórica pode constituir uma referência para a construção de conhecimentos sobre a cidade e seu patrimônio cultural.

O recorte espacial corresponde ao Centro Histórico de Bagé, reconhecido como patrimônio cultural protegido em âmbito estadual pela Portaria IPHAE nº 62/2012, considerando o conjunto urbano abrangido pela poligonal de tombamento, cuja definição foi fundamentada em inventário arquitetônico e urbanístico que contemplou 101 quarteirões. A unidade de análise não corresponde a edificações isoladas, mas às relações estabelecidas entre o traçado urbano, os espaços públicos, as tipologias arquitetônicas, as formas de ocupação territorial e a paisagem histórica.

O percurso metodológico organiza-se em três etapas complementares. A primeira compreende a pesquisa bibliográfica sobre cidade como espaço educativo, patrimônio cultural, educação patrimonial, memória coletiva e arquitetura como documento histórico, destacando-se as contribuições de Freire (1987; 1989), Trilla Bernet (1997), Halbwachs (2006), Londres (2012), Florêncio (2012), Scifoni (2012), Tolentino (2012a; 2012b) e Florêncio et al. (2014). Foram priorizados trabalhos que abordam a educação patrimonial sob perspectivas críticas, participativas e contextualizadas, além de experiências desenvolvidas em espaços urbanos, como o programa *João Pessoa, Minha Cidade* (Tolentino, 2012b) e o projeto *Rolé na Penha* (Saba, s.d.), utilizadas como referências para a discussão, sem que suas experiências ou resultados sejam atribuídos ao contexto de Bagé.

A segunda etapa corresponde à pesquisa documental sobre a formação histórica, a configuração urbana e o reconhecimento patrimonial do Centro Histórico de Bagé. O corpus documental principal compreende o estudo *O patrimônio urbano da Rainha da Fronteira: Bagé, RS*, de Gutierrez e Neutzling (2011), o Parecer Técnico IPHAE nº 18/2011, a Portaria IPHAE nº 62/2012 e as

informações institucionais disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado sobre o processo de tombamento (IPHAE, 2011; 2012; 2026). O estudo de Gutierrez e Neutzling (2011) analisa o tecido urbano de Bagé a partir do inventário realizado em 2009, fundamentado na metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, examinando a estrutura viária, os espaços públicos, o parcelamento do solo, a implantação das edificações, as tipologias arquitetônicas e a paisagem natural. Os documentos do IPHAE permitem identificar os valores atribuídos ao conjunto e os critérios utilizados para seu reconhecimento, considerando-se que expressam interpretações técnicas e administrativas sobre o território, sem necessariamente abranger a totalidade das experiências e memórias sociais associadas à cidade. As fontes foram selecionadas segundo procedência, autoria ou instituição responsável, relação com o recorte espacial e pertinência aos objetivos, e os imóveis de interesse cultural, quando mencionados, são tratados como componentes do tecido urbano.

A terceira etapa consiste na sistematização e interpretação das informações a partir de três categorias analíticas, definidas em correspondência com os objetivos da investigação. A categoria *materialidade arquitetônica* contempla os elementos físicos e espaciais da paisagem histórica, como o traçado viário, o parcelamento urbano, as relações entre edificações e espaços públicos, as tipologias arquitetônicas, os materiais e técnicas construtivas e as transformações documentadas, compreendidos como registros materiais da formação e do desenvolvimento da cidade. A categoria *memória urbana* compreende as relações entre o espaço construído, os processos históricos e os significados culturais identificáveis nas fontes, reconhecendo que estas representam determinadas perspectivas sobre o passado e que outras experiências e interpretações podem não estar nelas contempladas. A categoria *potencialidade educativa* corresponde às possibilidades de observação, investigação, contextualização e problematização da paisagem histórica como recurso para processos de educação patrimonial, articulando os atributos

documentados aos fundamentos teóricos relacionados à aprendizagem, à leitura crítica do território e à participação dos sujeitos.

Para a organização da análise, utiliza-se uma matriz interpretativa que relaciona as três categorias às informações identificadas nas fontes e às possibilidades educativas decorrentes de sua interpretação, com finalidade analítica, e não como instrumento de mensuração de aprendizagem ou de avaliação de práticas educativas. A interpretação distingue os atributos efetivamente documentados das possibilidades educativas formuladas a partir de sua análise; as potencialidades identificadas constituem, portanto, resultados interpretativos, não sendo apresentadas como efeitos pedagógicos empiricamente comprovados. Por se tratar de investigação bibliográfica e documental, as conclusões estão circunscritas às fontes selecionadas, não permitindo avaliar as percepções da população ou os resultados de ações educativas eventualmente desenvolvidas no município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental permite compreender o Centro Histórico de Bagé/RS como um conjunto arquitetônico e urbano cuja paisagem pode ser entendida não apenas como objeto de preservação, mas também como fonte de conhecimento sobre os processos de constituição e transformação da cidade. Os resultados são discutidos a partir das três categorias da metodologia, inter-relacionadas, embora apresentadas separadamente para fins analíticos.

O Centro Histórico de Bagé como documento da memória urbana

A documentação evidencia que o reconhecimento patrimonial do conjunto está relacionado não apenas à presença de edificações de interesse histórico e arquitetônico, mas também às características de sua configuração urbana. Gutierrez e Neutzling (2011) apresentam uma leitura do patrimônio urbano de Bagé a partir da malha viária, do parcelamento do solo, dos espaços públicos, da implantação das edificações e das relações entre a arquitetura e a paisagem natural, tendo como referência o inventário realizado em 2009, que contemplou

101 quarteirões e 2.620 edificações. A abrangência desse levantamento demonstra que o valor cultural da área está relacionado tanto às características particulares das edificações quanto às relações espaciais que constituem a paisagem histórica. O Parecer Técnico IPHAE nº 18/2011, que subsidiou o tombamento formalizado pela Portaria IPHAE nº 62/2012, estabelece distinções entre o núcleo fundacional e a área de expansão do perímetro antigo, indicando que o Centro Histórico reúne registros de diferentes momentos do desenvolvimento urbano.

Essas características possibilitam interpretar o Centro Histórico como um documento material da formação da cidade. O traçado das ruas, a organização dos quarteirões, as relações entre os espaços públicos e privados e a implantação das edificações expressam formas de organização territorial que resultaram de decisões, práticas construtivas e condições históricas específicas. Tais elementos, contudo, não apresentam significados independentes dos contextos nos quais foram produzidos, e sua interpretação exige considerar usos, transformações e relações sociais, não se limitando à identificação de estilos arquitetônicos ou à descrição de características construtivas. No caso de Bagé, a preservação do conjunto permite estabelecer comparações entre permanências e alterações documentadas, evidenciando que a paisagem urbana resulta de sucessivas intervenções humanas e não constitui uma realidade estática.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Halbwachs (2006), para quem a memória coletiva é construída nas relações sociais e encontra nos espaços referências importantes para sua organização. O Centro Histórico, portanto, não deve ser compreendido como expressão de uma memória única e homogênea. A análise documental permite, ainda, distinguir a memória urbana das narrativas institucionalmente reconhecidas: os instrumentos de proteção identificam atributos considerados relevantes para a preservação, mas não abrangem necessariamente a diversidade de experiências sociais associadas ao território, o que deve ser considerado na interpretação educativa do conjunto.

Um aspecto relevante identificado na documentação é a participação social no processo de reconhecimento patrimonial. O Parecer Técnico IPHAE nº 18/2011 registra a mobilização do Movimento pela Preservação do Patrimônio Histórico de Bagé, responsável por encaminhar uma solicitação de tombamento acompanhada de abaixo-assinado. Esse registro permite discutir o patrimônio como objeto de reivindicação social, embora não permita afirmar que os valores patrimoniais fossem compreendidos de maneira uniforme pela população ou que existisse uma participação generalizada nos processos de preservação. O dado evidencia, sobretudo, que a atribuição de valor ao patrimônio pode envolver relações entre instituições públicas e agentes sociais, e que a interpretação da memória urbana exige ultrapassar a dimensão estritamente física da preservação.

A materialidade arquitetônica e a leitura educativa da paisagem histórica

Os estudos e documentos de proteção permitem identificar elementos materiais que podem ser mobilizados em processos educativos. O reconhecimento institucional de atributos como o traçado viário, o alinhamento das edificações, a volumetria predominante e determinados elementos dos espaços públicos evidencia que a preservação do Centro Histórico está relacionada à manutenção de características do conjunto urbano (IPHAE, 2011; 2012). O traçado urbano, quando articulado a mapas, plantas históricas e outras fontes documentais, permite formular questões sobre os critérios de ocupação, circulação e estruturação do ambiente urbano, identificando permanências e transformações na organização espacial.

De maneira semelhante, a disposição das construções nos lotes, os alinhamentos prediais e as relações entre fachadas, passeios e vias públicas podem ser interpretados como expressões de diferentes concepções de organização espacial, evidenciando que a arquitetura integra um sistema de relações urbanas. As tipologias arquitetônicas, por sua vez, possibilitam discutir materiais, sistemas construtivos, organização dos espaços e linguagens formais em relação às condições técnicas, econômicas e sociais de diferentes períodos, sem que a identificação de características estilísticas constitua a finalidade

exclusiva da interpretação. Alterações nas fachadas, mudanças de uso e substituições de materiais também constituem indícios das adaptações do ambiente construído, de modo que a leitura educativa pode contemplar as relações entre permanência, transformação e preservação, e não apenas os elementos considerados originais.

Essa abordagem aproxima-se da importância atribuída por Freire (1989) à leitura crítica da realidade: ao considerar a paisagem urbana como objeto de investigação, a aprendizagem pode partir de elementos presentes no cotidiano dos sujeitos, estimulando questionamentos sobre suas origens, características e transformações. Favorece, também, abordagens interdisciplinares, relacionando o traçado urbano e a ocupação territorial à Geografia, os processos de formação da cidade à História, os materiais e técnicas à Arquitetura e as linguagens formais às Artes. Londres (2012) reforça essa compreensão ao destacar que a relação entre patrimônio e educação não deve restringir-se à transmissão de informações sobre bens culturais, reconhecendo a importância de desenvolver a capacidade de observação, a curiosidade e a reflexão crítica sobre os espaços que constituem referências culturais.

Assim, a materialidade arquitetônica do Centro Histórico de Bagé apresenta potencialidades educativas relacionadas à compreensão da formação urbana, das transformações da paisagem e das relações entre arquitetura e sociedade. Essas potencialidades, entretanto, não decorrem automaticamente da existência de elementos históricos preservados, dependendo de processos de mediação que possibilitem contextualizar as informações, formular problemas e estabelecer relações entre o patrimônio e as experiências dos sujeitos.

Educação patrimonial, apropriação social e potencialidades educativas do conjunto urbano

A terceira categoria de análise relaciona os atributos documentados aos fundamentos teóricos da educação patrimonial. Conforme Londres (2012), a preservação patrimonial envolve não apenas medidas legais e técnicas, mas também processos de transmissão, difusão e apropriação dos significados atribuídos aos bens culturais; assim, a existência de uma área urbana tombada

não representa, necessariamente, a consolidação de relações educativas entre a sociedade e seu patrimônio. No caso de Bagé, a compreensão dos atributos registrados na documentação institucional exige conhecimentos sobre a formação da cidade e a organização do espaço urbano, e a educação patrimonial, entendida como mediação cultural (Florêncio, 2012), pode relacionar o conhecimento técnico produzido sobre o patrimônio às experiências sociais vinculadas ao território.

Essa mediação, contudo, não deve ser reduzida à divulgação de informações institucionais ou à reprodução dos critérios técnicos utilizados para o reconhecimento dos bens. Como discute Scifoni (2012), os processos de patrimonialização envolvem escolhas, valores e relações sociais que também podem constituir objetos de reflexão educativa. Aplicada ao Centro Histórico de Bagé, essa abordagem possibilita formular questões sobre os motivos que levaram ao reconhecimento do conjunto, os atributos considerados relevantes e as relações entre as transformações urbanas e os diferentes interesses sociais. A mobilização registrada no processo de tombamento pode, nesse sentido, ser utilizada para problematizar o papel da sociedade na definição dos bens considerados relevantes e as relações entre interesse público, preservação e participação cidadã.

Essa possibilidade dialoga com a concepção de educação patrimonial apresentada por Tolentino (2012a), ao evidenciar que os valores patrimoniais não são determinados exclusivamente pelas características físicas das edificações, mas resultam de processos sociais de atribuição de significados. A relação entre patrimônio e identidade cultural exige, portanto, atenção à pluralidade de experiências presentes no território: o Centro Histórico não representa uma identidade única, e práticas educativas fundamentadas na interpretação da paisagem precisam reconhecer múltiplas narrativas sobre a cidade, evitando apresentar uma única versão de sua história como expressão definitiva da memória coletiva.

As experiências do projeto *Rolé na Penha* (Saba, s.d.) e do programa *João Pessoa, Minha Cidade* (Tolentino, 2012b) oferecem contribuições para

essa discussão. A primeira demonstra que a identificação coletiva de lugares significativos e a realização de percursos pelo bairro permitem relacionar os conteúdos educativos às experiências e memórias da comunidade; a segunda, que a articulação entre atividades escolares, aulas de campo e oficinas de expressão artística possibilita relacionar a observação da paisagem aos conhecimentos e experiências dos participantes. Embora o contexto dessas iniciativas seja distinto daquele investigado, elas indicam que futuras propostas de educação patrimonial em Bagé poderão articular os atributos reconhecidos institucionalmente às experiências e narrativas de diferentes grupos sociais. Tais exemplos constituem referências para refletir sobre estratégias de mediação e participação, e não modelos a serem reproduzidos indistintamente.

A partir da articulação entre as fontes documentais e os referenciais teóricos, identificam-se possibilidades educativas relacionadas à leitura do traçado urbano, à interpretação das tipologias arquitetônicas, à investigação das transformações da paisagem e à problematização dos processos de reconhecimento patrimonial. Essas possibilidades podem fundamentar atividades de análise de documentos históricos, comparação de representações cartográficas, interpretação de registros arquitetônicos e construção de narrativas sobre os espaços urbanos. A relação entre preservação e transformação urbana também pode constituir objeto de reflexão, ampliando a compreensão do patrimônio como construção social e histórica cujos valores são continuamente interpretados e negociados, sem pressupor que a observação da paisagem produza automaticamente sentimentos de pertencimento ou atitudes de preservação.

A principal potencialidade identificada reside, portanto, na possibilidade de compreender o Centro Histórico como um espaço de investigação, no qual a arquitetura deixa de ser considerada apenas objeto de contemplação estética e passa a integrar processos de interpretação histórica, cultural e social, em consonância com a concepção freireana de educação problematizadora, na qual o conhecimento é construído por meio da reflexão crítica sobre a realidade (Freire, 1987).

Síntese dos resultados e suas implicações para a educação patrimonial

A sistematização das informações bibliográficas e documentais permite identificar três resultados centrais. O primeiro refere-se ao reconhecimento do Centro Histórico de Bagé como um conjunto urbano cuja relevância patrimonial está associada às relações entre traçado viário, espaços públicos, edificações e paisagem, o que exige uma leitura integrada, evitando sua fragmentação em elementos isolados. O segundo relaciona-se à interpretação da materialidade arquitetônica como fonte de conhecimento histórico, compreendendo a paisagem como documento material que demanda contextualização e interpretação crítica. O terceiro corresponde às potencialidades educativas do conjunto quando sua leitura é articulada aos fundamentos da educação patrimonial crítica, que não se restringe à transmissão de informações ou à valorização de atributos formais, mas envolve a problematização dos processos históricos, das memórias e das relações sociais que participam da construção dos significados patrimoniais.

Esses resultados indicam que a cidade como espaço educativo não se define exclusivamente pela presença de bens históricos preservados, mas pelas possibilidades de investigação e construção de conhecimentos que emergem da interpretação de sua paisagem. Tais resultados constituem interpretações fundamentadas nas fontes documentais e nos referenciais teóricos, e não a comprovação de efeitos pedagógicos, uma vez que não foram realizadas intervenções educativas, entrevistas ou avaliações de aprendizagem.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou as potencialidades do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé/RS como espaço educativo, por meio de uma abordagem qualitativa fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados evidenciaram que a relevância patrimonial do conjunto ultrapassa a dimensão individual das edificações, relacionando-se às

características de sua configuração urbana, às relações entre espaços públicos e construídos e às permanências materiais que testemunham diferentes momentos de sua formação.

A pesquisa também permitiu reconhecer que a proteção institucional do patrimônio cultural, embora fundamental para sua preservação, não assegura, isoladamente, a compreensão e a apropriação social dos valores atribuídos aos bens protegidos. A educação patrimonial apresenta-se, nesse contexto, como possibilidade de aproximação entre os conhecimentos produzidos sobre o patrimônio e as experiências dos sujeitos com a cidade, desde que ultrapasse a transmissão de informações e valorize a observação, o questionamento, a contextualização e a reflexão crítica. Exige, ainda, reconhecer a pluralidade de significados associados ao patrimônio, considerando tanto os atributos reconhecidos institucionalmente quanto a construção de outras narrativas sobre a cidade.

Conclui-se que a leitura integrada do conjunto arquitetônico e urbano do Centro Histórico de Bagé apresenta potencialidades para fundamentar práticas de educação patrimonial que relacionem a materialidade da paisagem histórica aos processos de construção da memória coletiva e da identidade cultural. A principal contribuição do estudo consiste em demonstrar que o patrimônio urbano pode ser compreendido como fonte de conhecimento e objeto de reflexão educativa, ampliando sua interpretação para além da valorização estética ou monumental das edificações e reconhecendo a cidade como espaço de aprendizagem.

Cabe destacar que os resultados decorrem de uma investigação bibliográfica e documental, sem a realização de atividades educativas, entrevistas ou avaliações de aprendizagem, correspondendo a possibilidades fundamentadas na interpretação das fontes, e não à comprovação de efeitos pedagógicos. Como desdobramento, sugerem-se pesquisas que desenvolvam experiências educativas no Centro Histórico de Bagé, com instituições de ensino e diferentes grupos sociais, para investigar como a leitura da paisagem urbana

pode contribuir efetivamente para a construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 out. 2026.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. p. 22-29. (Caderno Temático, 2).

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/579. Acesso em: 16 out. 2026.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya; NEUTZLING, Simone. O patrimônio urbano da rainha da fronteira: Bagé, RS. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 5, p. 71-86, abr./jul. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9525/6339. Acesso em: 16 out. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). **Parecer Técnico nº 18/2011: tombamento da área do perímetro antigo da cidade de Bagé**. Porto Alegre: IPHAE, 21 dez. 2011. Disponível em: https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/01/Pare.18-Tombamento_area_perimetro_antigo_cidade_de_Bage.pdf. Acesso em: 16 out. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). **Portaria nº 62/2012: tombamento do Centro Histórico de Bagé**. Porto Alegre: IPHAE, 2012. Disponível em: https://www.iphae.rs.gov.br/centro-historico-de-bage. Acesso em: 16 out. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). **Centro Histórico de Bagé**. Porto Alegre: IPHAE, 2026. Disponível em: https://www.iphae.rs.gov.br/centro-historico-de-bage. Acesso em: 16 out. 2026.

LONDRES, Cecília. O patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. p. 14-21. (Caderno Temático, 2).

SABA, Ana Gabriela. Educação patrimonial: um caminho para ressignificar a história local. In: CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL, 3., 2020. **Anais eletrônicos [...]**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1623592609_ARQUIVO_abce244b5b232f9276ab5570d1ccdadc.pdf. Acesso em: 16 out. 2026.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. p. 30-37. (Caderno Temático, 2).

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que é patrimônio cultural para você? In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012a. (Caderno Temático, 2).

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012b. (Caderno Temático, 2). Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/abd792ad-c2f6-4620-9aae-eee23bafc897/full. Acesso em: 16 out. 2026.

TRILLA BERNET, Jaume. Ciudades educadoras: bases conceptuales. In: ZAINKO, Maria Amélia Sabbag (org.). **Cidades educadoras**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997. p. 13-34.